



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 16 de janeiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Polo naval deve sair do papel até o final de janeiro	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO IBGE	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Polo naval	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Produção industrial	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Ipea	7
ECONOMIA	
A CRITICA Governo estuda alterar repasse após Eleições	8
TEMA DO DIA	
A CRITICA Nosso cenário econômico	9
ECONOMIA	
A CRITICA Júlio Ventilari	10
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO Indústria náutica do PIM produz barcos de R\$ 1 mi	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Indústria náutica do PIM produz barcos de R\$ 1 mi (continuação)	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO ORÇAMENTO	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Comércio e indústria prometem contratar metade dos temporários	14
ECONOMIA	

Polo naval deve sair do papel até o final de janeiro

Após seis anos desde o início das discussões para a construção de um polo naval no Amazonas, o presidente do Sindnaval, Matheus Araujo, garantiu, na sexta-feira, que até o final deste mês o projeto deve sair do papel.

Página A5

FRENTE & PERFIL

documento, poderá ser exportado internamente no país sem problemas. Resta saber se a produção de manejo vai dar conta da demanda.

*** **

ELEFANTE

Senador Eduardo Braga (PMBD) deu parecer favorável à criação de mais um elefante (ainda sem cor definida) no sistema nacional de meio ambiente. Trata-se do instituto Biobras, que vai pesquisar a biodiversidade brasileira. E o governo não cuida nem dos que estão criados -Inpa, CBA, Goeldi.

*** **

DOCUMENTO

O bacalhau da Amazônia, produzido em Marã, precisa obter o CIF (Cadastro de Inspeção Federal) para circular pelos Estados brasileiros. Portando esse

EDITORIAL

Fatalismo e aceitação das imposições sem resistência à força

Há uma crença popular de que o caboclo amazonense é fatalista, submisso e sempre propenso a aceitar a dominação do “mais esclarecido”. E vendo-se hoje os problemas que o Amazonas enfrenta para superar entraves e gargalos interpostos em seu caminho de desenvolvimento, é quase de

se crer que isso seja uma verdade absoluta. Uma olhada en passant faz sobressair problemas nossos que se tornaram crônicos e que, por algum mistério inexplicável, não são resolvidos. A Suframa, por exemplo, vem tendo verbas confiscadas há nove anos, já na casa do bilhão de reais, sem que se tenha encontrado uma alternativa ou meio de breca essa violência institucional. A reforma tributária federal vem sendo feita a conta-gotas, ano após ano, sufocando a Zona Franca de Manaus e prejudicando a competitividade do Amazonas, sem que se encontre uma saída para esse bullying institucional. Nossos representantes têm

buscado alternativas “contornáveis”, sem ousar encarar o problema de frente. Agora mesmo, o governo investe alguns milhões na recuperação da jiticultura no Amazonas, que responde por 60% da produção nacional, mas esbarra num problema anterior à ditadura: a competição da fibra importada da Índia e Bangladesh. Já se vão 50 anos e esse empecilho não foi resolvido, porque sempre baixamos a cabeça e aceitamos. O fato é que ainda não aprendemos a ser determinados, a construir aqui mesmo o que não nos querem dar por direito, ou o que querem nos tirar pela força.

IBGE

Emprego na indústria registra queda de 0,1%

O emprego na indústria caiu pelo terceiro mês consecutivo. Em novembro de 2011, a taxa de ocupação no setor foi de -0,1%, comparada ao mês anterior. A redução do contingente de trabalhadores já tinha atingido taxas negativas em setembro (-0,4%) e outubro (-0,5%), na comparação mês a mês.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a redução do número de vagas na indústria foi de 0,5%, a mais intensa, desde janeiro de 2010. O recuo foi registrado em sete das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, divulgada na última sexta-feira, a indústria paulista foi a que mais impactou a média global entre as regiões pesquisadas. A taxa de emprego industrial em São Paulo foi de -3,7%, provocada por taxas negativas em 15 dos 18 setores in-

vestigados. A maior redução no total do pessoal ocupado foi registrada nas indús-

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a redução do número de vagas na indústria foi de 0,5%, a mais intensa, desde janeiro de 2010, segundo o IBGE

trias de borracha e plástico (-11,9%), seguida pela indústria de alimentos e bebidas (-3,9%), de produtos de metal (-6,5%), de calçados de couro (-15,9%), de vestuário (-5,8%) e de metalurgia básica (-9,0%).

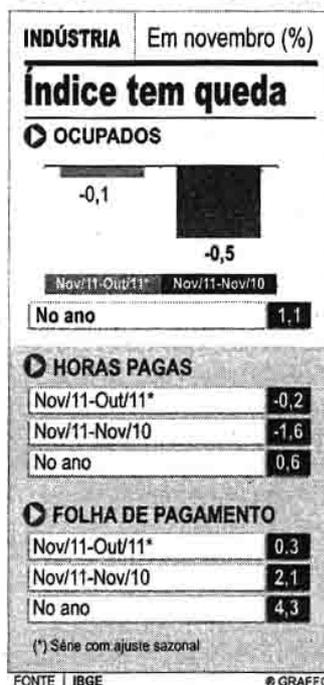
Por outro lado, Paraná (5,3%), região Norte e Centro-Oeste (2,4%), Rio Grande do Sul (2,2%) e Minas Gerais (1,6%) apontaram as

principais contribuições positivas sobre o total do pessoal ocupado.

Apesar de o setor de alimentos e bebidas ter sido um dos responsáveis pelas taxas negativas tanto de São Paulo, onde a queda no setor foi de 3,9%, quanto de outros Es-

tados como o Ceará (4,5%), esse segmento foi apontado pelo instituto como um dos que impactaram mais positivamente a média global do emprego industrial. Em números gerais, o setor alimentos e bebidas tiveram resultado positivo na taxa de trabalhadores ocupados (2,6%), acompanhando outros segmentos que empregaram em novembro de 2011, como meios de transporte (5,3%) e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos de comunicações (5,6%)

Ainda na avaliação por setor, o IBGE constatou que em novembro do ano passado, o emprego industrial recuou em 11 dos 18 ramos pesquisados. As maiores pressões negativas sobre a taxa de ocupação na indústria foram provocadas pelo segmento calçados de couro (-8,2%), seguida pelo setor borracha e plástico (-6,4%), vestuário (-4,4%), madeira (-11,8%) e produtos de metal (-3,5%).



Polo naval

Seis anos depois, projeto pode sair do papel

Meta, agora, é lançar a pedra fundamental da construção do polo naval no Puraquequara até o mês de junho deste ano

POR JULIANA GERALDO

Após seis anos desde o início das discussões para a construção de um polo naval no Amazonas, o presidente do Sindnaval (Sindicato da Indústria Naval, Náutica, Offshore e Reparos do Amazonas), Mateus Araujo, garantiu, na última sexta-feira, na sede da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), que até o final deste mês o projeto finalmente deve sair do papel.

"Muito se falou. Agora a gente vai sair do discurso para a prática. Com essa reunião pontuamos as questões finais para o projeto de instalação. Até junho deste ano pretendemos lançar a pedra fundamental da construção", declarou durante a reunião.

Depois da aprovação da área do Puraquequara (35 km de comprimento por três

de fundo) para a instalação do chamado 'Distrito 3', no último dia 20, o presidente do sindicato informou que a reunião marcou o início de uma nova etapa. "Além de uma prestação de contas, começamos a definir detalhes da questão fundiária e a formação de um grupo de trabalho por meio de um decreto a ser assinado nos próximos dias", detalhou.

Um memorial descritivo oficial e o levantamento dos custos deverá ser encaminhado à Seplan (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas), até o dia 31 de janeiro.

O decreto de criação do comitê de gestão do projeto previsto para ser assinado pelos membros do grupo de trabalho durante o evento foi adiado. Isso porque a SNPH (Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas) e a Afeam



Foto: Walter Mendes

Reunião realizada, na última sexta-feira, na sede da Fieam, marcou o início de uma nova etapa, segundo o presidente do Sindnaval.

(Agência de Fomento do Estado do Amazonas) solicitaram a inclusão no grupo, que deve ser realizada por escrito antes da assinatura do decreto.

Após a oficialização do comitê, o grupo de trabalho vai

tratar das questões de documentação, ocupação e acesso à área, instalação de energia e outros fatores práticos.

Expectativas

Estimada em R\$ 6 bilhões, a construção do polo

naval é aguardada com expectativa pelos empresários do segmento.

"Nós somos o cliente da construção naval, por isso para nós, a expectativa é a melhor possível. O polo é vital para o desenvolvimento

da atividade de construção naval que, em consequência, vai desenvolver embarcações melhores, mais seguras e com preço mais competitivo. A vantagem do polo é justamente a de unir a cadeia produtiva, criando melhores condições de produção e mercado", disse O presidente do Sindarma (Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas), Claudomiro Carvalho Filho.

O coordenador do projeto empresarial e tecnológico do APL (Arranjo Produtivo Local) naval e offshore, Carlos Rocha, informou que a projeção de faturamento do setor é de US\$ 20 bilhões anuais em dez anos.

"Pelo menos, seis a oito estaleiros internacionais e mais um estaleiro para a construção de embarcações militares deverão fazer parte do novo distrito", complementou Mateus Araujo.

Produção industrial

Camex reduz alíquota de imposto de importação de 105 produtos

A Camex (Câmara de Comércio Exterior) reduziu para 2% a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre 105 produtos. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira e vale até o fim de 2012. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o mecanismo de ex-tarifários reduz temporariamente os impostos de itens sem produção nacional vinculados a investimentos produtivos no país.

Quando não constam na lista de exceção, os impostos para bens de capital são 14% e para bens de informática e telecomunicação 16%. Segundo o ministério, a medida estimula os investimentos no Bra-

sil. As alíquotas reduzidas contemplaram 99 itens de bens de capital e seis códigos referentes a bens de informática e telecomunicação, na condição de ex-tarifários.

O comunicado do ministério informou também que os investimentos globais previstos que têm relação com os novos ex-tarifários chegam a US\$ 1,6 bilhão e os valores relacionados à importação de equipamentos são de US\$ 318 milhões. Os produtos serão importados principalmente da Índia (34%), dos Estados Unidos (19%), da Suécia (12%) e da Alemanha (12%). Os setores mais beneficiados com as concessões são o petroquímico, o de papel e celulose e o de petróleo.

Ipea

PIB de 2011 será bem abaixo do registrado no ano anterior

O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro de 2011 deve ficar bem abaixo dos 7,5% registrados no ano anterior, segundo documento divulgado na última sexta-feira no Rio de Janeiro, pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Para os pesquisadores, os desdobramentos da crise

européia podem continuar definindo os rumos da economia brasileira este ano. O comunicado do Ipea alerta que essa influência será sentida mesmo com a manutenção dos fundamentos sólidos que permitiram a recuperação do Brasil na crise financeira em 2008.

No ano passado, a crise no velho continente, aliada a outros fatores como "taxa de câmbio que continuou a se apreciar em 2011, aperto monetário, a política fiscal mais conservadora em 2011 em relação a 2010 e o acúmulo indesejado de estoques pioraram as expectativas dos empre-

sários e consumidores sobre o comportamento futuro da economia e elevaram as incertezas", destaca o documento.

No terceiro trimestre de 2011, o PIB não apresentou crescimento, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O comunicado

do Ipea lembra que este é o pior resultado da economia brasileira, desde o primeiro trimestre de 2009, registrando forte desaceleração em relação ao período anterior, quando o PIB havia crescido 0,7%.

"Com isso, a taxa de expansão média dos últimos cinco trimestres

se reduziu para 0,6%, aumentando o contraste em relação ao desempenho observado no período que marcou a recuperação da economia frente à recessão técnica provocada pela crise financeira global, quando o PIB cresceu a uma taxa média de 2,1%", diz o comunicado.

Governo estuda alterar repasse após Eleições

KLEITON RENZO
kleiton.renzo@acritica.com.br

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abraham, admitiu que o Governo do Amazonas estuda mudanças nos coeficientes de repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) feito aos municípios do interior, mas adianta que a alteração só deve vir após o ano eleitoral. A verba é a principal fonte de recurso de 59 das 62 prefeituras do interior.

"Para esse ano não tem como mudar (os coeficientes), mas no próximo ano pode acontecer", afirmou o secretário Isper Abraham.

Desde 2008, os coeficientes que determinam os valores para a divisão do ICMS aos municípios não sofrem mudanças. Isper disse que a possível mudança dependerá de estudo detalhado. "Tem que ser feito um estudo para verificar quais as atividades dos municípios, porque têm alguns que vivem só do repasse", argumenta.

Pelo menos 59 municípios dependem, exclusivamente, da ajuda do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do Governo Federal para conseguirem equilibrar as contas de suas prefeituras com investimentos prioritários em saúde e educação, além do pagamento de funcionários (veja boxes).

"Eu não diria que são as únicas (ICMS e FPM) fontes, mas são as principais, sim", argumenta o presidente da Associação

ALE-AM não analisou proposta em 2011

Para o tributarista e conselheiro do Conselho Regional de Economia (Corecon), Edson Fernandes, não há interesse do governo para que as prefeituras do interior tenham uma gestão mais qualificada. Edson foi quem levou a proposta que deu origem ao projeto de lei dos deputados estaduais, Marcelo Ramos (PSB) e Chico Preto (PSD), que propõe novos parâmetros de distribuição do ICMS aos municípios. A ideia do projeto de lei é que os municípios com

melhores administrações recebam fatias maiores do ICMS.

"Eles (os deputados) não têm vontade de impor uma gestão eficiente e de qualidade nas prefeituras do interior do Estado. E, honestamente, acho muito difícil mudar isso", avalia Fernandes.

Segundo tributarista, a proposta procura aplicar índices de avaliação aos prefeitos por meio dos serviços prestados à população em saúde, educação, qualidade de vida e respeito ao meio-ambiente. "Se o prefeito fosse um bom pref-

eito, refletindo isso no desenvolvimento do município, seria justo receber um valor maior do repasse do ICMS", defende.

O projeto, apresentado em novembro de 2011 e que dorme na ALE-AM, tem a intenção de mudar apenas um quarto dos 25% que os municípios recebem do ICMS. Com o orçamento projetado para 2012, essa fração representaria R\$ 403,1 milhões. O total de repasse dos 25% que cabe aos municípios é de R\$ 1,6 bilhão para 2012.

Saiba mais

>> Critérios

De acordo com o secretário da Sefaz, Isper Abraham, o Estado levará em consideração as atividades industriais e comerciais desenvolvidas nos municípios, além do número populacional e o tamanho territorial das cidades, para determinar os coeficientes de repasse.

ção Amazonense de Municípios (AAM) e prefeito de Manaquiri, Jair Souto (PMDB). Manaquiri está entre os dez municípios que menos recebem do ICMS com re-

passo anual de R\$ 5,6 milhões.

Na avaliação do peemedebista, os repasses são essenciais para a economia dos municípios, equilibrando o que se perde com a cobrança defasada de outros impostos locais. "Em Manaquiri, eu tenho arrecadação de ISS e de IPTU. Mas se a gente for cobrar realmente o que deveríamos cobrar, a sociedade não teria capacidade de pagar", justificou Souto.

AUMENTO EM 2012

Para 2012, os prefeitos dos 62 municípios devem ter incremento de mais de R\$ 538 milhões no repasse feito pelo ICMS. O aumento está vinculado às projeções da Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a arre-

cação mínima do Estado em R\$ 6,4 bilhões. "Essa é a nossa previsão orçamentária. Acredito que até o final deste mês teremos um valor que será a meta definida da Sefaz para o ano todo", explicou o Diretor de Arrecadação da Sefaz, Nilson Nogueira.

Tomando como base a tabela que projeta os valores para o exercício de 2012 (veja ao lado), os dez municípios que mais receberão do ICMS serão Manaus, Presidente Figueiredo, Coari, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Maués, Tefé, Humaitá e Lábrea. "Toda terça-feira de cada semana é apurado o valor e depositado no direito na conta do município. O 'bolo' é um só. Se a gente mexer para aumentar em algum lugar, vai diminuir em outro", explicou Isper.

Blog

66 **Jair Souto** PRESIDENTE DA AAM

"Os prefeitos estão assustados não só do Amazonas, mas do Brasil inteiro, sem saber como irão honrar seus compromissos. Nós (municípios do Amazonas) recebemos apenas R\$ 27,2 milhões do FPM na primeira parcela do ano no dia 10 (as demais são transferidas nos dias 20 e 30 de cada mês), o que representa uma queda de 17,4% em relação a 2011 quando tivemos repasse de mais de R\$ 32 milhões. Há um novo quadro no Brasil, onde as prefeituras cada vez mais recebem

responsabilidades sem saber de onde retirar recursos para arcar com tais responsabilidades. Como uma presidente aumenta o piso do salário mínimo sem conhecer a realidade das prefeituras do interior? Como se aumenta o piso da Educação sem conhecer essa realidade? Você percebe que a cada dia os municípios se fragilizam mais, sobretudo no interior do Amazonas. O vazio institucional é tão grande que os municípios acabam muitas vezes assumindo (tarefas de) órgãos federais e estaduais".

Personagem

PREFEITO DE AMATURÁ

João Braga Dias (PT)



"Nós não temos arrecadação"

Figurando como o último na tabela de repasses do ICMS, o prefeito de Amaturá (distante 910 quilômetros de Manaus), João Braga Dias, disse que não consegue ver o município funcionar sem os repasses dos

Governos Federal e Estadual que recebe. "Vivemos do governo estadual e federal. Nossa arrecadação é insignificante. Mas a gente faz jus ao que recebe", argumenta.

De acordo com informações no site da Sefaz, em 2011 o município recebeu de ICMS um total de R\$ 4.672.617,07. "Foi tudo investido de acordo com a Lei de Responsabilidade: 15% para a saúde, 25% para a educação e para a folha de pagamento do município. O que sobra a gente aplica nas secretarias do município", afirma Braga. Nos primeiros dias de 2012, a prefeitura recebeu de ICMS R\$ 40,7 mil.

PROJEÇÃO DO REPASSE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS - 2012

CIDADE	PORCENTAGEM	VALOR
MANAUS	62,0936200%	R\$ 1.001.259.622,50
PRESIDENTE FIGUEIREDO	4,2602340%	R\$ 68.696.273,25
COARI	2,5552440%	R\$ 41.203.309,50
ITACOATIARA	1,9322000%	R\$ 31.156.725,00
PARINTINS	1,3471000%	R\$ 21.721.987,50
MANACAPURU	1,3431000%	R\$ 21.657.487,50
MAUES	1,1105000%	R\$ 17.906.812,50
TEFE	0,9915000%	R\$ 15.987.937,50
HUMAITA	0,8203000%	R\$ 13.227.337,50
LÁBREA	0,7566000%	R\$ 12.200.175,00
EIRUNPEPE	0,7039000%	R\$ 11.350.387,50
TAPAUÁ	0,6724000%	R\$ 10.842.450,00
MANICORÉ	0,6662000%	R\$ 10.742.475,00
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	0,6602000%	R\$ 10.645.725,00
BARCELOS	0,6138000%	R\$ 9.897.525,00
TABATINGA	0,5907180%	R\$ 9.525.327,75
BOCA DO ACRE	0,5888000%	R\$ 9.494.400,00
BENJAMIM CONSTANT	0,5290000%	R\$ 8.530.125,00
CARAUARI	0,5288000%	R\$ 8.526.900,00
CAREIRO	0,5246180%	R\$ 8.469.465,25
JUTAI	0,5223180%	R\$ 8.422.377,75
AUTAZES	0,5181800%	R\$ 8.354.652,75
BORBA	0,5102180%	R\$ 8.227.265,25
URUCARA	0,5094000%	R\$ 8.217.300,00
ATALAIA DO NORTE	0,4983000%	R\$ 8.035.087,50
CODAJÁS	0,4823000%	R\$ 7.777.087,50
SANTA ISABEL RIO NEGRO	0,4788000%	R\$ 7.720.650,00
PAUINI	0,4524800%	R\$ 7.295.240,25
NOVO AIRAÓ	0,4362180%	R\$ 7.034.015,25
IRANDUBÁ	0,4345180%	R\$ 7.004.602,75
CANUTAMA	0,4272180%	R\$ 6.888.890,25
JAPURA	0,4250000%	R\$ 6.853.125,00
NOVA OLINDA DO NORTE	0,4237180%	R\$ 6.832.452,75
APUI	0,4176180%	R\$ 6.737.315,25
NOVO ARIQUANA	0,4162180%	R\$ 6.711.515,25
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	0,4106180%	R\$ 6.621.215,25
NHAMUNDA	0,4102180%	R\$ 6.614.765,25
FONTE BOA	0,4086180%	R\$ 6.588.965,25
BARREIRINHA	0,3992180%	R\$ 6.437.390,25
ENVIÁ	0,3977418%	R\$ 6.413.586,53
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	0,3977180%	R\$ 6.413.202,75
SILVES	0,3971800%	R\$ 6.404.527,50
MARAA	0,3885180%	R\$ 6.264.852,75
URUCURITUBA	0,3867180%	R\$ 6.238.827,75
CAREIRO DA VARZEA	0,3846180%	R\$ 6.201.965,25
ITAMARATI	0,3816180%	R\$ 6.183.590,25
RIO PRETO DA EVA	0,3810180%	R\$ 6.143.915,25
IPIXUNA	0,3665180%	R\$ 5.910.102,75
BERURI	0,3632180%	R\$ 5.856.890,25
JURUÁ	0,3585180%	R\$ 5.781.102,75
ANORI	0,3557180%	R\$ 5.735.952,75
GUAJARÁ	0,3512180%	R\$ 5.663.390,25
ALVARAES	0,3493180%	R\$ 5.632.752,75
MANAQUIRI	0,3489180%	R\$ 5.626.302,75
TONANTINS	0,3407180%	R\$ 5.494.077,75
CAAPIRANGA	0,3290180%	R\$ 5.305.415,25
SÃO SEBASTIAO DO UATUMA	0,3267180%	R\$ 5.268.327,75
ITAPIRANGA	0,3260180%	R\$ 5.257.040,25
UARINI	0,3256180%	R\$ 5.250.590,25
BOA VISTA DOS RAMOS	0,3254180%	R\$ 5.247.365,25
ANAMA	0,3197180%	R\$ 5.155.452,75
AMATURA	0,3157180%	R\$ 5.090.952,75

Fonte: A tabela se baseia em projeção feita pela SEFAZ para a arrecadação do ICMS em 2012 com valor de R\$ 4.500.000.000,00

Nosso cenário econômico

> Desde os anos 60 a América Latina não apresentava ritmo de crescimento econômico tão acelerado.

A América Latina vem apresentando o mais rápido ritmo de crescimento desde os anos sessenta. Nos últimos 15 anos, a inflação na região já reduziu, em média, 20% e cerca de 60 milhões de pessoas mudaram da classe baixa para a média. Estes são alguns dados disponibilizados pelo Banco Mundial e pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

Além disso, o desempenho econômico dos dois últimos anos sugere boas condições de estabilidade e boas projeções de crescimento para o futuro. Em termos macroeconômicos, toda a América Latina está bem servida de profissionais altamente qualificados. Esses profissionais dispõem de mecanismos e conhecimento para reagir rápido e eficazmente contra ameaças, tais como crise global ou o aumento da inflação.

NÓS EVOLUÍMOS

Este cenário de gestão econômica responsável fez com que os países da região, como Brasil, México, Colômbia, Peru,

> A classe média é responsável por um aumento expressivo do consumo interno nas economias da região, sobretudo no Brasil.

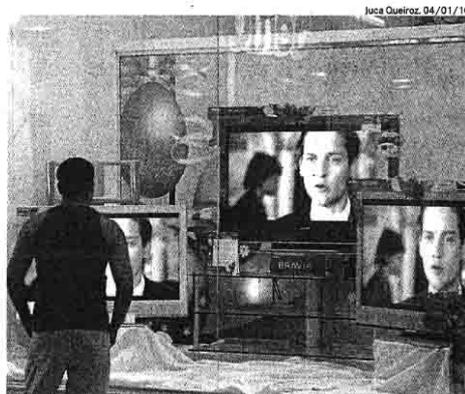
América Latina

Os mercados de capitais da América Latina têm se fortalecido. A capitalização das empresas aumentou de US\$500 bilhões para cerca de US\$2,7 trilhões. O valor das empresas, em percentagem do PIB da região, cresceu de 28% para 58%.

Panamá e Chile recebessem das agências classificadoras de risco, o nível de grau de investimento. Essa classificação é de grande importância para uma economia, pois tornam os juros mais baixos. Todos esses fatores estão associados a uma clara evolução social.

De acordo com dados da CEPAL, apesar do fato da América Latina ser o continente com o mais alto nível de desigualdade socioeconômica do mundo, ocorreram progressos significativos na redução da pobreza.

A classe média em ascensão vem se estabelecendo como um mercado atraente, jovem e pro-



ductivo, o qual é responsável por um aumento expressivo do consumo interno nas economias da região, sobretudo no Brasil. Não há dúvida de que o mercado doméstico vem se fortalecendo ano após ano e o mercado de capitais segue no mesmo sentido. O desenvolvimento social ocorrido no bojo desse processo culminou com a queda de vários in-

dicadores que medem o subdesenvolvimento, além da estabilização das suas democracias.

PERSPECTIVAS

Esse cenário leva à conclusão de que, embora existam grandes incertezas em vários mercados desenvolvidos, como Europa e os EUA, atualmente, países como Brasil estão bem prepara-

> Os países emergentes serão os motores do crescimento nos próximos 25 anos. É aí que os investidores aportarão seus recursos.

dos, não só para enfrentar a situação em que a crise global possa acelerar, porém muito mais que isso. Hoje, tanto o Brasil quanto outros países da AL têm condições necessárias para manter sua trajetória de crescimento econômico. A América Latina continuará apresentando crescimento econômico significativo. Esse crescimento não será apenas no âmbito do mercado financeiro doméstico, mas também dependente do mercado externo. Os investidores globais estão buscando novas alternativas, seguras e rentáveis para aportar seus capitais. Nesse caso, a atenção se volta para os mercados emergentes, como o Brasil e principalmente a China.

CONJUNTURA ATUAL

Um das características marcantes da conjuntura econômica atual é a indefinição do Dólar, que pode ser considerada uma moeda em declínio. Provavelmente, essa é uma das razões pelas quais, mesmo durante a crise financeira, o Euro parece forte. Isso tem ocorrido justa-

mente por conta da fraqueza do dólar, do contrário, o Euro já deteria despencado.

Diante disso, as principais consequências que o atual contexto econômico pode trazer para o Brasil e, em geral, para as economias emergentes, é a maior aversão ao risco por parte dos investidores. Esse medo surge em períodos de alta volatilidade como o que estamos vivemos. Essa crise financeira global é, na verdade, uma crise financeira ocidental que reforçou a necessidade de investimento nas economias emergentes, em particular, na Ásia.

Nesse sentido, a melhor opção para os investidores é aportar seus recursos em países com os quais a China tem grande interesse comercial, assim como diretamente na China. Aos "olhos do mercado", pelo menos nos próximos 25 anos o gigante asiático será a grande potência econômica. Portanto, a China - juntamente com outros mercados emergentes como Brasil, Rússia e Índia - atuarão como os motores do crescimento econômico mundial.

Júlio Ventilari

Pé no acelerador

■ ■ A unidade da Yamaha no Polo Industrial de Manaus, este ano, será turbinada com R\$ 100 milhões. Dinheiro que irá para a implantação de novos projetos industriais da marca e para os lançamento de mais produtos, como a XT 1200z Super Téneré. Entre 2010 e 2011, a empresa destinou aos seus negócios no PIM nada menos que R\$ 115 milhões.

Indústria náutica do PIM produz barcos de R\$ 1 mi

Empresas instaladas no Amazonas estão de olho no público local, mas principalmente no mercado do Sul e Sudeste do país

LARISSA VELOSO
Especial EM TEMPO

O sonho de navegar pelos rios da Amazônia com o mesmo conforto do próprio lar tem aumentado a demanda dos manauenses por barcos de luxo. Para atender não só o público local, mas principalmente, o de outros Estados, indústrias náuticas têm se instalado no Polo Industrial de Manaus (PIM) com a intenção de marcar território no mercado brasileiro do segmento.

Com modelos luxuosos que podem chegar a R\$ 1 milhão, as empresas suprem a procura nacional muito mais do que a local. "As indústrias não produzem para vender no mercado local. O grande foco é no mercado paulista, do Sul e

Sudeste", revelou o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval (Sindnaval), Matheus Araújo. Manaus tem, atualmente, apenas duas fabricantes de embarcações de alto luxo, a Ventura Mar e a Cruiser Marine.

Oriundas de países europeus como a Itália, as empresas chegam ao PIM com baixa produção e, já nos primeiros anos, estudam a demanda do mercado brasileiro para aumentar a fabricação aos poucos. O exemplo pode ser confirmado pela Cruiser Marine, montadora local de produtos com qualidade italiana. A companhia é a única representante da Cranchi fora da Itália. Instalada no PIM há quatro anos, a indústria só começou a produzir em 2011, quando foram fabricadas 12

unidades do Smerald 40, de 12 metros de comprimento.

É que, com os atuais 80 funcionários da linha de produção, são necessários 30 dias para produzir cada uma dessas embarcações. Mas, de acordo com o consultor comercial e industrial da companhia, Franco Netto, a estimativa da empresa é de contratar aproximadamente 40 trabalhadores até o final do ano, para aumentar a produção em mais de 100% e fabricar 28 unidades em 2012, entre o Smerald e dois novos modelos.

Com 11 metros de comprimento, o Zaffiro começa a ser produzido ainda este mês e o Endurance, com nove metros será produzido a partir de julho. Para reforçar ainda mais a observação do presidente do

Sindnaval, o consultor revelou que, nos próximos cinco anos, a produção anual deve chegar a 120 embarcações de luxo de 12 modelos diferentes.

Altos preços

Não é possível escolher opções para estas embarcações, todas são "completas de fábrica". Mas, o luxo é para um público seletto. Com dois camarotes fechados, cozinha completa e sala, tudo climatizado e uma série de outros itens, a embarcação não sai por menos de R\$ 950 mil. De todas as unidades fabricadas em Manaus no ano passado, apenas uma foi comprada por um consumidor local, segundo Netto. Já as unidades menores, Zaffiro 36 e Endurance 32, custam R\$ 850 mil e R\$ 340 mil.



São as mulheres que garantem delicadeza aos produtos

Acabamento por conta delas

Indústria náutica do PIM produz barcos de R\$ 1 mi (continuação)

Acabamento por conta delas

Além da mão de obra ser composta apenas por trabalhadores locais, mulheres têm espaço garantido no processo produtivo das embarcações. A filial da italiana em Manaus conta com dez funcionárias, que garantem delicadeza no resultado final de cada unidade. Todo o acabamento do casco e de peças de fibra de vidro é uma etapa feita exclusivamente por elas.

A escolha do toque feminino na finalização dos produtos considera, segundo o consultor industrial, Franco Netto, o cuidado delas. "Mulheres são mais criteriosas, observadoras e têm mais paciência na hora de dar acabamento às peças refinadas", explicou. Enquanto isso, os homens ficam por conta das fases onde a força física é imprescindível.

Mão de obra é amazonense

Embora a fabricação siga padrão italiano, a mão de obra é toda local. "Técnicos italianos vêm para Manaus e oferecem treinamento no padrão do estaleiro que existe na Itália há mais de um século", revelou Netto. A iniciativa é um grande ganho para o polo local,

segundo Matheus Araújo. "Mesmo sendo uma empresa de fora, ela gera emprego e renda aqui e ainda ajuda a qualificar os trabalhadores locais, que dividem seus conhecimentos com colegas e acabam ampliando essa qualificação no polo", avaliou o sindicalista.

ORÇAMENTO

Corte de até R\$ 70 bi nas despesas públicas de 2012

Os investimentos não vão escapar da tesoura no Orçamento de 2012. Apesar da preocupação da presidente Dilma Rousseff em assegurar os recursos, a área técnica do governo admite que os investimentos não ficarão incólumes diante de um corte de até R\$ 70 bilhões nas despesas do ano.

Esse é o valor necessário para que o setor público consiga cumprir a meta fiscal do ano: uma economia para o pagamento de juros da dívida, equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

A ordem para os administradores do caixa é minimizar os efeitos da contenção de recursos orçamentários sobre os investimentos. A ideia é começar o ano já acelerando, até porque a legislação eleitoral proíbe novos gastos a partir de julho.

O governo está tendo que lidar com cerca de R\$ 8 bilhões de despesas obrigatórias que estão subestimadas. Se optar em rever essas despesas para o patamar adequado, o corte teria que ficar entre R\$ 68 bilhões e R\$ 70 bilhões. Caso contrário, se o valor dessas despesas não for revisto agora, o contingenciamento poderá ficar em torno de R\$ 60 bilhões.

Além disso, a área econô-

mica precisa cortar R\$ 25 bilhões de receitas que foram infladas pelo Congresso Nacional na aprovação da Lei Orçamentária. Outros R\$ 10 bilhões de receitas líquidas também são alvo porque foram estimadas inicialmente pelo governo, mas as desonerações tributárias adotadas para alavancar a economia podem comprometer essa previsão.

DETERMINAÇÃO

Ordem para os administradores do caixa é minimizar os efeitos da contenção de recursos orçamentários. A ideia é começar o ano acelerando, já que a legislação eleitoral proíbe novos gastos

PAC na 'tesoura'

Será preciso cortar também mais R\$ 25,6 bilhões que representam as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que poderiam ser abatidas da meta fiscal. Como o governo se comprometeu a fazer a meta "cheia", sem descontos, essas despesas precisam entrar na conta do contingenciamento.

Comércio e indústria prometem contratar metade dos temporários

TEXTO Daisy Mele
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

Comércio e Indústria de Manaus devem contratar 50% dos trabalhadores temporários recrutados no fim de 2011. Essa é a estimativa de representantes dos dois setores, que será confirmada no fim de janeiro. Com a dispensa de metade dos temporários, os varejistas mantêm 3 mil vagas abertas para atividades como vendedores e gerentes.

“Teremos o balanço real somente no final de janeiro, mas a estimativa é que a metade dos temporários deva ser efetivada”, disse o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag. Com a dispensa, o comércio ficará com aproximadamente 3 mil vagas disponíveis.

“Ainda temos necessidade de mais pessoal, como vendedores internos, externos, gerentes, subgerentes, encarregados e fiscais, em todos os segmentos, de bebidas ao atacado”.

Em novembro, o dirigente disse ao DIÁRIO que a expectativa era contratar 90% desses trabalhadores, caso “demonstrassem ser bons profissionais”. Segundo Assayag, um dos motivos da saída de metade dos temporários é o fato de não terem correspondido às expectativas da empresa. Dos

5 mil empregos temporários previstos para a temporada das festas de fim de ano, somente 4,3 mil vagas foram preenchidas no comércio.

Na indústria, a expectativa é contratar 3,5 mil dos 7 mil temporários recrutados para o fim de ano, época de maior produtividade nas linhas de montagem. “Com a saída dos próximos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre fim de janeiro e início de fevereiro, vamos confirmar, mas a estimativa é de chegarmos aos 7 mil temporários previstos e que a metade será efetivada”, disse o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

Os contratos temporários firmados no fim do ano passado foram, principalmente, para o chamado ‘chão de fábrica’, grupo formado por montadores e operadores de máquinas.

NO FIM DE 2011

Comércio teve alta de empregos e indústria caiu

De acordo com os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em novembro de 2011, o comércio apresentou um saldo positivo de 1.694 empregos. Já a indústria de transformação registrou saldo negativo de 636 vagas. Na ocasião, o ministro interino do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, explicou que o resultado reflete os efeitos negativos da crise internacional, que atingiu, especialmente, alguns setores de atividade econômica. Sobre os números, o presidente do Cieam comentou, no fim de novembro do ano passado, que o resultado era sazonal. “O término de contrato dos

temporários causa essa retração nas vagas em novembro e dezembro, historicamente, mas os números atingidos no acumulado do ano de geração de 27 mil empregos na indústria refletem o comportamento do setor no ano”, disse.

Para este início de 2012, enquanto o comércio mantém as expectativas de contratações, tantos dos temporários para que se tomem efetivos, quanto também para novos temporários, a indústria não tem vagas abertas. “No momento não, as contratações temporárias vão depender do desempenho do mercado”, disse o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

OS NÚMEROS

4,3 mil

Esse foi o volume de vagas preenchidas pelo comércio no último trimestre de 2011, quando a previsão era de 5 mil temporários.